



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA: UM LAÇO IMPORTANTE NO  
PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM**

**LILIANE CARVALHO PEREIRA**

**BELO HORIZONTE**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA: UM LAÇO IMPORTANTE NO  
PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE**

**2015**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

Liliane Carvalho Pereira

## A RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA: UM LAÇO IMPORTANTE NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Prof<sup>a</sup>. Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira – Orientadora

---

Liliane Carvalho Pereira – Cursista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pela saúde, fé e perseverança que tem me dado.

A minha família, companheira de todas as horas.

Aos meus amigos pelo incentivo à busca de novos conhecimentos.

A todos os professores da Escola de Gestores, principalmente a minha orientadora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira, que muito contribuiu para a minha formação.

*“A escola e a família constroem juntas o presente e o futuro daqueles que lhes pertencem. Por isso, nada como caminhar juntos rumo ao saber e às mudanças que ele produz”.*  
Damian, I.S.

## RESUMO

A escola e a família têm em comum os sujeitos que necessitam aprender para conceber transformações sociais no presente e no futuro. Porém, tal relação não tem sido fácil devido a fatores sociais, culturais e pelo diálogo que muitas vezes não são compreendidos. Cabe à escola proporcionar atividades que sejam capazes de aproximar a família do seu objetivo que vem a ser educar. Agindo desta maneira conseguirá que as famílias estejam presentes e acima de tudo se interagindo dos avanços e as dificuldades dos educandos. Sabe-se que compartilhar com a família esses avanços e as dificuldades o resultado tende a ser satisfatório. Tanto escola quanto família deverão fazer desta relação um meio para servir as aprendizagens e a garantia amigável, cada qual deve cumprir seu papel, buscar soluções nos impasses, agir em conjunto, dividir responsabilidades e reconhecer a importância de ambas. Portanto, esta relação deve ser incentivada na Escola Estadual José Bonifácio, e se estabelecer a fim de que o processo de desenvolvimento humano, político, social do aluno seja alcançado.

**Palavras-chave: Escola; Família; Aprendizagem.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>1. FAMÍLIA E ESCOLA: REFLETINDO HISTORICAMENTE.....</b>	<b>10</b>
<b>2. FAMÍLIA E ESCOLA: UM LAÇO IMPORTANTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM .....</b>	<b>14</b>
<b>3. FORTALECENDO A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO .....</b>	<b>20</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO (Projeto Político Pedagógico) .....</b>	<b>27</b>

## INTRODUÇÃO

Aprendizagem é o modo como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento. Entretanto, a complexidade desse processo dificilmente pode ser explicada apenas através de um simples conceito.

A criança é o centro do processo ensino e aprendizagem, e é da relação equilibrada entre escola e família, que ela terá a oportunidade de tornar-se cidadã íntegra, consciente de sua realidade e atuante no exercício de sua cidadania.

Observando hoje as mais diversas realidades educacionais e percebendo as dificuldades geradas no relacionamento entre a escola e a família, que afeta diretamente no desenvolvimento integral da criança, percebe-se a necessidade de buscar alternativas de estreitar estas relações em contribuição ao crescimento do educando.

A parceria de sucesso entre família e a escola poderá contribuir para uma educação de qualidade e promover o bem estar de todos.

Desde os tempos mais remotos houve questionamentos e dúvidas em relação à definição de papéis da escola e da família. Até que ponto a família deve interferir no trabalho da escola ou a escola no relacionamento familiar? Deverá sim haver respeito mútuo onde ambos trabalhem juntos num ambiente de colaboração e participação. É de suma importância que pais e professores estejam engajados no processo ensino e aprendizagem.

Essa relação, tão questionada, não diz respeito apenas aos filhos-alunos, mas a todos, familiares, professores e comunidade em geral.

Através da análise da relação família e escola da Escola Estadual José Bonifácio percebe-se que o projeto político pedagógico (anexo 1), no item 16, refere-se à família e à comunidade como essencial, compreendendo que a participação da família em parceria com a escola na formação dos educandos é importante para que haja um comprometimento com o processo de aprendizagem, este ainda apresenta itens a serem melhores investigados para posteriores alterações.

De acordo com o PPP da Escola Estadual José Bonifácio, busca-se possibilitar tal participação por meio da promoção de atividades articuladas com a

comunidade, assim como eventos esportivos, seminários, palestras, encontros, exposições, reuniões, campanhas de cunho social, comemorações cívicas e sociais, tendo por objetivo despertar nos educandos o prazer de estar na escola. Com essa visão, a “E. E José Bonifácio”, mantém vários projetos permanentes e temporários. Durante essas atividades, a escola é aberta à comunidade sendo comum a parceria com a Prefeitura Municipal de Poço Fundo e comércio local.

Escola e família se completam e juntas buscam criar um lugar agradável e adequado para os alunos. Um não pode viver sem o outro, pois possuem o mesmo objetivo, formar integralmente o aluno.

É necessária uma conscientização muito grande para que todos se sintam envolvidos neste processo de constantemente educar os filhos. É a sociedade inteira a responsável pela educação destes jovens, desta nova geração.

Esta parceria tende a transformar vidas e todos aqueles que se envolvem no processo. A resposta a tudo isso será a apropriação dos saberes, visando atitudes mais comprometidas e novas possibilidades de aprendizagem. Contudo, cada qual deverá cumprir seu papel e assumir postura crítica e reflexiva, necessária para que o andamento do processo e dos objetivos ocorra de fato em meio a tantos desafios, principalmente no caso da escola por ter em seu contexto muitos sujeitos, muitas culturas.

Para melhor compreender essa união, muitos pesquisadores buscaram entender o tema. Portanto, pretende-se analisar a importância da parceria entre escola e família para o pleno desenvolvimento do educando e a função do gestor como mediador e condutor de práticas educativas que possam gerar o pleno desenvolvimento do aluno, além de detectar os principais aspectos que interferem no processo de aprendizagem dos alunos, discutir as dificuldades vivenciadas pelos alunos no processo de aprendizagem na leitura e escrita e analisar a relação existente entre família e escola e seus papéis dentro da formação do ser humano na escola e na sociedade geral.

Segundo Emília Ferreiro (1992), a criança que convive num ambiente onde os pais são cidadãos que possuem maior grau de informação, possuem maiores condições de serem alfabetizados com mais frequência, devido ao acesso a leitura e a escrita.

Percebe-se atualmente que a escola não pode viver sem a família e a família não pode viver sem a escola, pois uma depende da outra para alcançar seu maior objetivo. Objetivo este que é fazer com que o educando / filho aprenda para ter um futuro melhor e assim construir uma sociedade mais justa e digna para se viver. Conforme o Art.53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa (...).”

A escola necessita saber de que é uma instituição que complementa a família, e que ambos precisam ser um lugar agradável e afetivo para os alunos/filhos. Tal parceria implica em colocar-se no lugar do outro, e não apenas enquanto troca de favores, mas cooperando: supor afetos, permitir escolhas e desejos, para que a criança desenvolva-se integralmente.

“Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, a família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência”.  
(Osório, 1996, p.82)

Dessa forma procura-se entender a forma de participação da escola e família na formação do educando fazendo com que essa parceria possa, realmente, contribuir por uma educação de qualidade e promover o bem estar de todos.

## **1. FAMÍLIA E ESCOLA: REFLETINDO HISTORICAMENTE**

Historicamente, a escola e a família, tal qual as conhecemos hoje, são instituições que surgem, simultaneamente, com o advento da Modernidade, ambas destinadas ao cuidado e educação das crianças e jovens. Na verdade, à escola coube a função de educar a juventude na medida em que o tempo e a competência da família eram considerados escassos para o cumprimento de tal tarefa. Os saberes diversos e especializados necessários à formação das novas gerações demandavam, cada vez mais intensamente ao longo do tempo, um espaço próprio dedicado ao trabalho de apresentação e sistematização de conhecimentos dessa natureza, diferente, portanto daquele organizado pela família.

Ao longo da história brasileira a família veio passando por transformações importantes que se relaciona diretamente com o contexto sócio-econômico-político do país. O Brasil-Colônia, marcado pelo trabalho escravo e pela produção rural para a exportação, identifica-se um modelo de família tradicional extensa e patriarcal, no qual os casamentos baseavam-se em interesses econômicos, que à mulher, era destinada a castidade, a fidelidade e a subserviência. Os filhos eram considerados extensão do patrimônio do patriarca. Ao nascer dificilmente experimentavam o sabor do aconchego e da proteção materna, pois eram amamentados e cuidados pelas amas de leite.

No âmbito legal, a Constituição Brasileira de 1988, aborda a questão da família nos artigos 5º, 7º, 201º, 208º e 226º a 230º, trazendo algumas inovações (artigo 226) como um novo conceito de família: união estável entre o homem e a mulher (§ 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (§ 4º). E ainda reconhece que: "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher" (§ 5º).

Nos últimos vinte anos, várias mudanças ocorridas no plano sócio-político-econômico relacionadas ao processo de globalização da economia capitalista vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar e possibilitando mudanças em seu padrão tradicional de organização.

Conforme Pereira (1995), as mais evidentes são:

- Queda da taxa de fecundidade, devido ao acesso aos métodos contraceptivos e de esterilização;
- Tendência de envelhecimento populacional;
- Declínio do número de casamentos e aumento da dissolução dos vínculos matrimoniais constituídos, com crescimento das taxas de pessoas vivendo sozinhas;
- Aumento da taxa de coabitações, o que permite que as crianças recebam outros valores menos tradicionais;
- Aumento do número de famílias chefiadas por uma só pessoa, principalmente por mulheres, que trabalham fora e têm menos tempo para cuidar da casa e dos filhos.

Entretanto, evidenciamos que essas mudanças não devem ser encaradas como tendências negativas ou sintomas de crise. A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação que ela vem sofrendo. Por um lado, pode causar problemas, por outro, apresentar soluções. Toda esta situação afeta

toda a sociedade, pois a solidariedade familiar tem diminuído cada vez mais, porém por outro lado possibilita uma liberdade maior dessas instituições que tradicionalmente ficaram aprisionadas por séculos.

A família sempre foi o lugar de aconchego e de segurança, para os filhos e para todos os seus membros. Para Kaloustian (1988), seja qual for a forma de estruturação da família, tradicional ou moderna, ela sempre será o porto seguro para todos que fazem parte dela, desempenhando um papel extremamente importante na educação formal e informal, no desenvolvimento de valores e atitudes solidárias, além da formação cultural que é passada de geração a geração.

Segundo Gokhale (1980), a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. Uma educação bem estruturada, vinda da família vai servir de apoio e orientação para a criança durante a vida toda. Por isso, ouvimos muitas vezes que a “educação vem do berço”.

Na legislação nacional encontramos o papel da família no contexto escolar e sua importância, entre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 5º; a Política Nacional de Educação Especial; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12º; o Plano Nacional de Educação e na própria Constituição Federal.

E não podemos deixar de registrar a recente iniciativa do MEC – Ministério da Educação e Cultura, que instituiu a data de 24 de abril com o Dia Nacional da Família na Escola.

Assim, é fundamental que conheçamos os alunos e as famílias com as quais lidamos. Sobretudo que conheçamos quais são suas dificuldades, seus planos, seus medos e anseios.

Enfim, que características e particularidades marcam a trajetória de cada família e conseqüentemente, do educando a quem atendemos. Estas informações são dados preciosos para que possamos avaliar o êxito de nossas ações enquanto educadores, identificar demandas e construir propostas educacionais compatíveis com a nossa realidade.

Chamar a família às suas responsabilidades morais e formadoras não exclui, no entanto, pensar com rigorosidade no papel a ser desempenhado pela escola. Uma vez que questões de diferentes natureza e procedência sejam elas individuais, comunitárias ou sociais mais amplas, ultrapassam os portões e adentram no espaço

da escola, tornam-se irreversivelmente questões pedagógicas educacionais, apesar da dificuldade dos educadores em aceitá-las.

Ao lado da família, a escola permanece sendo um espaço de formação que deve, para tanto, repensar a sua ação formadora, preocupando-se em formar seus educadores para que os mesmos reúnam recursos que os permitam lidar com os conflitos inerentes ao cotidiano escolar.

Para Tiba (1996), os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno. Tal parceria implica em colocar-se no lugar do outro, e não apenas enquanto troca de favores, mas cooperando: supor afetos, permitir escolhas e desejos, para que a criança desenvolva-se integralmente. Se o educando/filho não cumpre as regras da escola porque os pais o acobertam e discordam da escola, a criança aproveita destas divergências conquistando o que desejava.

A atuação da família é fundamental para o sucesso da criança na escola e, por conseguinte, na vida. Mas é preciso lembrar-se que será a participação da família na vida escolar dos filhos deve guardar boa diferença do trabalho voluntário em si, uma vez que aquele tipo de trabalho não encerra um compromisso de longo prazo, por definição.

Família e escola precisam reconstruir suas relações e voltar a se constituir no mais poderoso elo de sustentação de uma Educação de alto padrão em todos os níveis.

## **2. FAMÍLIA E ESCOLA: UM LAÇO IMPORTANTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

Escola e família precisam resgatar a tradicional parceria e sabe-se que isso só irá ocorrer se existir entre as partes, a conscientização desta importância dos objetivos a serem alcançados que vem a ser a aprendizagem dos sujeitos e os papéis que cada uma representa. Educar demanda responsabilidades e neste caso, a coesão, a transparência e o trabalho conjunto fortalecem tal relação e trás progresso a todos os envolvidos. Portanto, tanto escola quanto família precisa mais que nunca investir nessa união, a fim de que sejam evidenciadas novas formas de

aprender e produzir conhecimento. Percebe-se que uma não pode viver sem a outra, por ambas terem em comum o educando.

A relação entre escola e família vai além do colocar a criança na escola e do ensinar. Esta relação se estende até a preparação deste educando para ser um cidadão do mundo, para que ele possa enfrentar os desafios existentes no cotidiano da vida que não são poucos. Escola e família, uma relação capaz de transformar e desenvolver muitos aspectos daqueles que lhes são comuns como afeto, aprendizagem, o sucesso, a compreensão do que vem a ser tudo que o rodeia.

À família cabe o papel de perceber que a escola não é responsável por si só pelos educandos. Ao contrário, deve se sentir também responsável e atender seu chamado quando solicitada de forma dialógica e pronta. Assim, estará acompanhando a caminhada educacional e se interagindo dos propósitos da mesma. À escola cabe ensinar, transmitir ensinamentos e promover práticas condizentes com aquilo que a família, a sociedade e os educandos esperam de si. Essa abordagem, essa união leva ao reconhecimento da importância do Plano Interativo e das atividades coletivas no desenvolvimento dos sujeitos. A importância dessa relação revela-se através do crescimento e do desenvolvimento educacional dos sujeitos que podem ser notados através do modo de agir, e dos comportamentos.

Enfatizar a importância dessa relação significa compreender não apenas uma corporação voltada para o desempenho de certas tarefas, mas na reestruturação de ideias e no favorecimento do conhecimento. A relação entre escola e família se fortalece na busca do conjunto das soluções, no estímulo vigente, capaz de ajudar os sujeitos a evoluírem, não só pelas notas, mas nos muitos aspectos sociais que envolvem o ser humano.

De acordo com a Revista Nova Escola (mai./jun. 2006, p. 37), “As escolhas de valores das famílias devem ser respeitadas caso não haja danos à criança”. O que torna necessário analisar a relação da família com a escola, e significa também, uma reflexão sobre o quanto tal encontro ajuda na construção do saber. Uma fórmula provada e certa que requer de ambas as partes o respeito mútuo e a aceitação dos limites que cada uma traz e tem em seu contexto político e social. Tal perspectiva torna-se cada vez mais imprescindível, porque juntas podem evidenciar as soluções para vários questionamentos ainda não respondidos. A relação não é totalmente

fácil, devido às falas, a comunicação simples da família que tem medo de não ser aceita pela escola por causa disso.

A escola pode ser pensada como o meio do caminho entre a família e a sociedade.

Embora bem delimitadas as diferenças entre casa e escola, passou-se a buscar mais o apoio desta, entendendo-se a eficácia da ação normalizadora da escola sobre crianças e jovens quando respaldadas pelo conhecimento e aquiescência da família. Apesar disso, reservava-se à escola, os direitos sobre o conhecimento científico acerca das áreas disciplinares, como também sobre aqueles que diziam respeito aos processos de aprendizagem das crianças e adolescentes, conhecimentos estes informados pela biologia, psicologia e ciências sociais preservando a escola, desta forma, seu lugar de autoridade no gerenciamento das questões pedagógico - educacionais.

Trata-se de uma instituição da sociedade na qual a criança atua efetivamente como sujeito individual e social. É um espaço concreto e fundamental para a formação de significados e para o exercício da cidadania: na medida em que possibilita a aprendizagem de participação crítica e criativa, contribui para formar cidadãos que atuem na articulação entre o Estado e a sociedade civil. Para a família, o ensino quanto mais individualizado, melhor para seu filho, pois nessa conjuntura vai haver a peculiaridade de melhor ajudá-los e a destacá-lo. As preocupações transitam, portanto no âmbito do privado. Este enfoque mais social do que individual, carrega objetivos éticos, pois a escola deve ser um espaço de valorização tanto da informação, como da formação de seus alunos, dentro de uma estrutura coletiva.

A escola como instituição busca através de seu ensino, que seus alunos possam assumir a responsabilidade por este mundo, como diz Arendt (apud Castro, 2002):

Ultrapassa os desejos individuais e esta responsabilidade só poderá advir, através do enlaçamento entre conhecimento, e ação, entre o saber e as atitudes, entre os interesses individuais e sociais. A escola, como um novo modelo, irá ampliar o mundo dos alunos, convidando-os a olhar suas experiências com uma outra lente, que não a familiar, o que alterará os significados já conhecidos. A escola pública tem mais fortemente, então, a responsabilidade da apresentação de conceitos e conteúdos herdados de nossa cultura, pois muitas crianças só terão acesso a esta herança, através de sua passagem pela escola, que deve então, abrir caminhos de acesso à cultura de maneira igualitária para todos e neste sentido, lutar contra os privilégios de uma classe social. Todo educador enquanto mediador do vínculo entre aluno e a cultura, entre a escola e a família, está

mergulhados e comprometidos nesta rede de interesses dos dominantes e dos dominados.(ARENDR, apud CASTRO, 2002.)

Existem escolas que trabalham visivelmente no objetivo de reprodução dos valores e ideologias dominantes, outras tem uma posição mais crítica, mas todas assumem posições políticas, pois a escolha dos conteúdos a serem ensinados, o estilo e o método deste ensino, suas regras, sua maneira de avaliar, de receber a família etc., traduzem os objetivos das instituições, deixando claras as opções e desvelando seus interesses mais específicos.

Enfrentamos, porém, conflitos decorrentes da situação vivida, pois passamos de um valor centrado no conteúdo e no educador, para um valor centrado na criança e em seu processo de aprender. O desafio das escolas hoje é sair dos extremos, buscando valorizar tanto a informação, como a formação, tanto no educador como no educando, tanto o método como os conhecimentos acumulados, resgatando a importância do grupo na construção de conceitos e valores. Conforme esclarece Campos (1983):

A palavra família, na sociedade ocidental contemporânea tem ainda para a maioria das pessoas, conotação altamente impregnada de carga afetiva. Os apologistas do ambiente da família como ideal para a educação dos filhos, geralmente evidenciam o calor materno e o amor como contribuição para o estabelecimento do elo afetivo mãe-filho, inexistente no caso de crianças institucionalizadas. Um dos representantes deste ponto de vista foi Bowlby. (CAMPOS, 1983, p.19).

A complexidade do processo de socialização é evidente e torna-se bastante expressiva dentro do processo ensino-aprendizagem através de aspectos do tipo: imitação, identificação e mais um conjunto de características determinadas pelo contexto familiar, que irão interagir no desenvolvimento da criança dentro da instituição escolar.

Freire (2000) evidencia que ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, uma tomada de posição, uma decisão, por vezes, até uma ruptura com o passado e o presente. Para este renomado pesquisador e educador, as classes dominantes enxergam a educação como imobilizadora e ocultadora de verdades.

Quanto mais criticamente a liberdade assume o limite necessário, tanto mais autoridade ela tem.

Hoje, assistimos ao aprofundamento da desagregação social que impede a constituição de qualquer consenso sobre os princípios e valores que deveriam reger as relações entre os sujeitos e instituições sociais, dificultando a definição de qual deve ser e como deve ser forjado nosso projeto de escola e sociedade.

(...) O tipo de escola e conhecimento que se funda com o capitalismo, legitima-se em um modelo de arquitetura social voltada à satisfação dos direitos intelectuais de uma elite econômica, amparada em sólida composição familiar que, a princípio, pode fornecer o lastro moral, ético e civilizacional, necessários ao bom desempenho de todos aqueles que a frequentam. Hoje, contudo, a situação é outra. A sociedade pós-industrial alterou, significativamente, sua maneira de operar e produzir mercadorias, conhecimentos e valores, afetando diretamente a escola, afetando seus eixos paradigmáticos, tanto no que se refere à sua organização funcional, curricular e metodológica, quanto aos princípios éticos e participativos que sustentam sua prática cotidiana. Este panorama dificulta a definição de rumos, a fim de que se possa determinar as metas a serem atingidas pela escola no campo dos saberes, mas, também, no campo da participação dos diversos segmentos que a compõem, principalmente dos pais. (CASTRO, 2000).

Tradicionalmente a escola olhou para a família com certa desconfiança e, quando não teve alternativa, apenas suportou a participação dos pais na condição de ouvintes comportados dos relatos por eles produzidos, acerca da trajetória disciplinar e pedagógica dos alunos. Raramente essa participação superou os limites de ação beneficente, envolvendo-se com a parte organizacional do projeto curricular da escola. Para a escola, a família foi e é, o *locus* de construção de moralidade, base indispensável para a garantia do projeto moralizador e civilizacional representado pela escola.

Quando se fala em colaboração da escola com os pais, fala-se de muitas coisas. Desde logo, a comunicação entre o professor e os pais dos alunos aparece à cabeça, constituindo a forma mais vulgar e mais antiga de colaboração. Muitos professores não vão além dessa prática e, muitas vezes, limita-se a serem os mensageiros das más notícias. Talvez, por isso muitos pais olhem para a escola com um misto de receio e de preocupação, porque só são chamados pelo professor quando os filhos revelam problemas de aprendizagem ou de indisciplina. Mas há outras formas de colaboração. Por exemplo, o apoio social e psicológico que a escola pode dar aos alunos e respectivas famílias através dos serviços de apoio social escolar e dos serviços de psicologia e orientação vocacional.

Não há uma única maneira correta de envolver os pais. As escolas devem procurar oferecer opções que se adaptem as características e necessidades de uma comunidade educativa cada vez mais heterogênea. A intensidade do contato é importante e deve incluir reuniões gerais e o recurso à comunicação escrita, mas, sobretudo os encontros esses agentes (escola e família).

Intensidade e diversidade parecem ser as características mais marcantes dos programas eficazes. Nada é pior para o bem estar e desenvolvimento das crianças e dos jovens do que a ausência de referências seguras e a privação do contato continuado e duradouro com adultos significativos.

Quando os valores da escola coincidem com os valores da família, quando não há rupturas culturais, a aprendizagem ocorre com mais facilidade. Nas comunidades homogêneas, em que os professores partilham os mesmos valores, linguagem e padrões culturais dos pais dos alunos, está garantida a continuidade entre a escola e a família. Contudo, são cada vez mais as escolas com populações estudantis heterogêneas, nas quais os professores e os pais têm raízes culturais diferentes, provocando, nos alunos, dificuldades de adaptação.

O envolvimento dos pais nas escolas produz efeitos positivos tanto nos pais como nos professores, nas escolas e nas comunidades locais. Os pais que colaboram habitualmente com a escola ficam mais motivados para se envolverem em processos de atualização e reconversão profissional e melhoram a sua autoestima como pais.

O envolvimento familiar traz, também, benefícios aos professores que, regra geral, sentem que o seu trabalho é apreciado pelos pais e se esforçam para que o grau de satisfação dos pais seja grande. A escola também ganha porque passa a dispor de mais recursos comunitários para desempenhar as suas funções, nomeadamente com a contribuição dos pais na realização de atividades de complemento curricular.

Quando a escola se aproxima das famílias, registra-se uma pressão positiva no sentido de os programas educativos responderem às necessidades dos vários públicos escolares. As comunidades locais também ganham porque o envolvimento familiar faz parte do movimento cívico mais geral de participação na vida das comunidades, sendo, por vezes, uma oportunidade para os pais intervirem nos destinos das suas comunidades e desenvolverem competências de cidadania.

Cabe à escola, neste sentido, buscar a aproximação e criar situações de envolvimento, mostrando-se mais aberta, receptiva e evidenciar procedimentos capazes de trazer as famílias para seu âmbito, destacando sempre elementos positivos, retomando conceitos, esclarecendo dados, repassando informações, estimulando a reflexão sobre o quanto essa relação traz benefícios para as partes e pode assim dizer a solução para os problemas e questões.

Incentivando tal relação, a escola certamente estará privilegiando o aspecto cognitivo e afetivo, o diálogo e a colaboração nas situações presentes e futuras. Na verdade, pode-se se dizer que a questão da relação torna possível o encontro de mundos diferenciados, unidos pela circunstância pedagógica. Nesse sentido considera-se que essa interação importante deve dar também liberdade de falar, ouvir, indagar e compreender os deveres e direitos de ambos os lados, tendo como foco principal o bem estar do educando e sua aprendizagem.

### **3. FORTALECENDO A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO**

A escola Estadual José Bonifácio, situa-se no município de Poço Fundo, sul do estado de Minas Gerais, uma cidade hospitaleira e de princípios tradicionais no que se refere a família. Possui ideias de ensino democrático e que passou por várias mudanças, numa busca gradativamente da participação de toda a comunidade, através da participação ativa na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e nos Conselhos Escolares, a fim de efetivar de fato a gestão participativa e democrática.

Atualmente, muitos são os desafios impostos à escola, dentre os quais pode-se apresentar a relação família escola, que não é apenas uma situação problemática exclusiva desta escola, mas de toda a sociedade brasileira.

Através da análise do Projeto Político Pedagógico da escola, percebe-se ser a relação família escola um ponto ainda frágil para a instituição, pois a sociedade reflete na escola e conseqüentemente aos professores, funcionários e alunos, todos os desafios relacionados a relações, princípios e valores.

Malavazi (2000) também aponta que compete à família o auxílio na organização escolar e a transmissão do equilíbrio emocional e afetivo para a formação humana das crianças. Para Kaloustian (1998),

[...] a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se vêm estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos o valor ético e humanitário, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. (KALOUSTIAN, 1998, p.9)

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seu art. 22 que “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir as determinações judiciais” e em seu art. 55 afirma que “os pais ou responsáveis têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (Brasil, 1990).

A educação é um dever da família e da escola. Ambas devem interagir para garantir os direitos da criança nas questões referentes ao ensino, dando-lhes suporte e apoio para o pleno desenvolvimento da aprendizagem.

É essencial, portanto, que gestores, professores e pais sejam aliados no processo pedagógico no ambiente escolar, uma vez que isso só vai favorecer positivamente no aprendizado dos alunos e, propiciar uma melhora na qualidade da educação em termos mais amplos. A aliança precisa ser frequente, envolvendo todos os sujeitos da educação em todos os momentos, na qual a figura mais importante seja o próprio professor, ao refletir sobre seu trabalho de sala de aula e relacioná-lo às diferentes teorias e autores da educação e também de outras áreas quando for pertinente.

Faz-se necessário que família e escola mantenham boas relações, pois, conforme mesmo já sugeria Gomes em 1993, é importante que uma conheça a realidade da outra, seus propósitos e objetivos de educação, para que, assim, a escola “possa adequar seus planejamentos às expectativas e condições reais de vida e de trabalho das famílias que lhes fornecem a clientela” (GOMES, 1993).

Entretanto, Paro (2001) destaca que a participação dos pais e da comunidade no processo pedagógico “[...] não pode cair no equívoco de delegar aos pais e à comunidade aquilo que compete ao Estado, por meio da escola, realizar.” Não se

trata de os pais prestarem uma ajuda unilateral à instituição de ensino nem de a escola repassar parte de seu trabalho aos pais; não basta permitir formalmente que as famílias participem da administração da escola e também “[...] não se pode exigir que eles participem do que não têm condições de dar conta e que é obrigação da escola fazê-lo [...]” (PARO, 2008).

A gestão deve se efetivar de forma democrática, pois se definem caminhos ao passo que conferem o sentido das práticas que emergem desse ambiente escolar e das relações construídas coletivamente. É importante que ao se construir o Projeto Político Pedagógico de uma escola, é fundamental que seja contemplada a posição e o papel de cada instituição, família e escola, no processo educativo, de modo que estas ações ocorram em consonância e concomitantemente com os objetivos da relação ensino-aprendizagem, a concepção de educação presente e as metas a serem alcançadas pela instituição, pois somente com uma participação ativa e crítica na vida do ambiente escolar é que se contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento da própria escola.

Na gestão participativa, a comunidade escolar tem uma participação ativa na definição e no desenvolvimento da escola, por meio da atuação em conselhos escolares ou equivalentes, prevendo, portanto, uma abertura maior para a participação da comunidade externa. O estreitamento de laços entre escola e comunidade gera benefícios aos moradores e à própria comunidade escolar, além de restabelecer a relação de respeito e confiança com a escola e promover sua valorização junto à sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Família e escola são responsáveis pelos sujeitos que educam, e desta maneira precisam estabelecer relações de respeito e aproximação para juntas tornarem possíveis novas descobertas, novas aprendizagens para estes. Porém, ambas deverão partilhar informações, tomar decisões em conjunto que venham privilegiar esta relação.

Vale colocar que isso nem sempre ocorre, muitas famílias se ausentam do contexto escolar não participando das práticas evidenciadas pela escola, por motivos variados, por não se sentirem próximos da linguagem usada pela escola e seu corpo docente, seja pelo fato de não compreender a importância desta relação e o quanto e como esta pode ajudar nas aprendizagens, pela distância, questão econômica ou por questões comportamentais dos filhos.

É possível compreender, diante da proximidade da família e da escola que, as características e particularidades marcam a trajetória de cada família e conseqüentemente, do educando a quem atendemos. Tais informações são dados preciosos para que possamos avaliar o êxito de nossas ações enquanto educadores, identificar demandas e construir propostas educacionais compatíveis com a nossa realidade.

A pesquisa realizada permite levar em conta a importância dessa relação e que sem ela fica ainda mais difícil ensinar. Sabe-se que em conjunto, elas poderão beneficiar aprendizagens e possibilitar que os saberes sejam verdadeiramente observados por todos aqueles que frequentam a escola.

Contudo, para que esta relação aconteça a todo tempo, cabe à escola, enquanto democratizadora do saber, buscar alternativa para que isto se evidencie e se possível de forma prazerosa. Pode-se observar que quando isso acontece os alunos se sentem mais seguros e aprendem melhor; o que significa que a escola deve fazer desta relação um processo de desenvolvimento e procurar fortalecê-la de todas as formas. Para isso deve usar de todos os meios para que a relação se torne cada vez mais intensa, sempre pensando nos educandos e no seu papel, ou seja, transmitir conhecimentos para se tornem de fato cidadãos do presente e do futuro.

Enquanto família e escola não se unirem para buscar a aprendizagem e o conhecimento para os seus, estes sentirão enormes dificuldades em estarem inseridos na sociedade.

Portanto, o quanto antes e tendo como base o diálogo, estas deverão se aproximar. Parceria entre escola e família vem a ser relevante principalmente para os alunos, porque se sentirão mais protegidos e poderão ter melhor desempenho escolar, social. Contudo, esta união vem sendo dificultada e muitas barreiras deverão ser minimizadas neste sentido.

Participar implica em ouvir e expor a opinião própria, sobretudo, trata-se da possibilidade de uma ação coletivamente construída por todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem, e compartilhar equitativamente de cada etapa do processo educacional, resguardadas as particularidades dos sujeitos envolvidos. Ao invés da família ser chamada ou convocada na escola apenas quando as coisas não andam bem, quando as notas estão baixas, ou quando se precisa de uma ajuda pontual; ela deve ser vista de forma participativa, uma coautora do processo educativo escolar e, conseqüentemente, se envolver mais diretamente na concretização do mesmo.

Desta forma, observamos que a relação família-escola é de extrema importância na construção da identidade e autonomia do aluno, a partir do momento em que o acompanhamento desta, durante o processo educacional, leva a aquisição de segurança por parte dos filhos, que se sentem duplamente amparados, ora pelo professor ora pelos pais, o que irá incorrer no favorecimento do processo ensino-aprendizagem.

A família e a escola deverão se unir para que os seus sujeitos além de aprender se tornem pessoas melhores e prontas para as dificuldades do dia a dia.

Assim, resta para cada uma cumprir seu papel, apoiar, ensinar e mostrar caminhos para estes sujeitos.

## Referencias Bibliográficas

- BRASIL. **Constituição Federal**. 1988, artigos 1, 205.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 1990.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** Lei Federal nº 9394/96, Disponível em. Acesso em :14/05/2011
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Salto para o Futuro – Educação a Distância**. Brasília (DF), 1999.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Introdução**. Brasília (DF), 1997. V. 1.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Referencial Curricular da Educação Infantil**. Brasília (DF), V.1, 1988.
- CAMPOS, Jacira Calasãs, CARVALHO, Hilza A. **Psicologia do desenvolvimento: influência da família**. São Paulo: EDICON, 1983.
- CASTRO, Edmilson de. **Família e Escola: O caos Institucional e a crise da modernidade**. Disponível em: <<http://clm.com.br/espaco/info9aa/1.html> >. Acessado em: 20.03.2002
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- FNDE. **Revista Nova Escola**. São Paulo (SP): Abril, maio/junho, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GOKHALE, S.D. **A família desaparecerá?** In Revista debates sociais nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.
- GOMES, J. V. **Relações família e escola – continuidade/descontinuidade no processo educativo**. Série Idéias. n. 16. São Paulo: FDE, 1993.
- KALOUSTIAN, S.M. (org.) **Família brasileira, a base de tudo**. Brasília: UNICEF, 1988.
- \_\_\_\_\_, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 1998.
- MALAVAZI, Maria Márcia Sigrist. **Os pais e a vida escolar dos filhos**. 2000. 320 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Construindo significados novos para a diversidade** – Lições de Minas. Belo Horizonte, dezembro, 2002.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In: BASTOS, João Baptista (Org.). *Gestão democrática*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

\_\_\_\_\_. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008

PEREIRA, P.A. **Desafios contemporâneos para a sociedade e a família**. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 48, Ano XVI. São Paulo: Cortez, 1995.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio**. Poço Fundo - MG. 2015.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

**ELENARA MAC INTYER BALDIM RIBEIRO  
ERIVELTON GIOVANI RAMOS  
FABIO BRAZIER  
LILIANE CARVALHO PEREIRA  
ROSANA MARA GONÇALVES**

**BELO HORIZONTE, 2014**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2014****SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>5</b>
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>7</b>
<b>4. CURRÍCULO E TEMPO ESCOLAR.....</b>	<b>10</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>23</b>
<b>7. AVALIAÇÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>36</b>

## 1-INTRODUÇÃO

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende atualmente o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano e oferece o Projeto Educação em Tempo Integral, funcionando nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados e 28 turmas. Em 2013, foi selecionada como Escola Destaque Regional pela Superintendência Regional de Ensino de Varginha.

Historicamente, o Grupo Escolar José Bonifácio, foi criado pelo decreto Nº 5.046 de 31 de julho de 1918, publicado no Minas Gerais de 01 de agosto de 1918 e Lei Nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953, foi instalado em 01 de fevereiro de 1928, funcionando em prédio do Estado. A denominação da escola foi alterada com a Resolução Nº 810/74, passando de “Grupo Escolar José Bonifácio”, para “Escola Estadual José Bonifácio”. Com a Resolução Nº 9581/98, de 30/12/98, pág. 2, col.1, do Minas Gerais foi autorizada a extensão de séries e o funcionamento de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental a partir de 1999.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, uma vez que foi construído coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. Evidencia o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, a efetivação de práticas inclusivas, do trabalho coletivo e construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação.

A missão e visão da escola expostas no PPP respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação e de emancipação do aluno.

Os princípios, as formas de organização e o currículo da escola que constam do PPP são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e afins, sempre de encontro aos anseios da comunidade.

A escola dispõe de serviços e espaços pedagógicos complementares, dentre os quais a biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, sala ecológica, sala ambiental, sala de recursos e sala multimeios, que aliados aos projetos interdisciplinares e ações sociais, culturais, políticas e esportivas,

enriquecem e dinamizam a prática pedagógica, motivam os alunos e ampliam a participação da família.

“O projeto da Escola depende, sobretudo, da ousadia de seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e seu tempo-espaço, isto é, contexto histórico em que ela se insere” (GADOTTI, 1998, p.18).

Assim, o PPP da E. E. José Bonifácio traduz os objetivos, intenções, ideais e aspirações da comunidade escolar e busca concretizar uma gestão democrática e participativa, articula-se aos diversos projetos da sala de aula, aos espaços e tecnologias disponíveis, agregando alunos, professores, servidores, gestores, pais e comunidade, representa o contexto escolar, sua utopia e ousadia.

## **2- FINALIDADES DA ESCOLA**

A educação configura-se como um direito inalienável do ser humano e um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos. Ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo também considerada como um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais, conforme preconiza a Resolução CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010.

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados perfazendo 28 turmas e oferecendo o Projeto Educação em Tempo Integral.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. A missão e visão da escola respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação, enquanto “direito social, direito de cidadania e direito do indivíduo” (Cury, 2005, p. 17).

Consonante à visão de “ser uma escola de referência pela qualidade do ensino ministrado, buscando reduzir o abandono e a repetência, elevando o nível de aprendizagem dos alunos, valorizando e capacitando os profissionais que nela atuam”, a escola tem a missão de “assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola, formando cidadãos críticos, capazes de transformar a realidade”.

Assim, o aluno, sujeito do processo educativo, é o foco e a finalidade maior da escola, e esta enquanto disseminadora de conhecimentos historicamente acumulados e produzidos deve assegurar a apropriação, construção e reconstrução dos saberes pelo aluno, sua formação geral e para o exercício da cidadania, além da preparação tecnológica e para o mercado de trabalho, intervindo criticamente e solidariamente no meio em que vive.

A E.E. José Bonifácio apresenta como escopo promover uma educação inovadora através de práticas pedagógicas que permitam a reflexão-ação-reflexão que oportunizem a aprendizagem significativa formando cidadãos criativos, críticos,

éticos, participativos e solidários, que aprendam a aprender, aprendam a ser e a conviver em sociedade.

Os princípios, a organização e o currículo da escola são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente, rege-se pela legislação do Estado de Minas Gerais, uma vez que está subordinada a esta esfera, considerando também a realidade local e os anseios da comunidade. A Escola Estadual José Bonifácio assume como próprios os princípios e fins da Educação Nacional, estabelecidos no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96:

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É evidente o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, na efetivação de práticas inclusivas e na construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação e na efetivação do direito do aluno de aprender, se desenvolver plenamente e ter uma educação de qualidade para o exercício da cidadania e sua emancipação.

Em suma, a construção do Projeto Político Pedagógico traduz os interesses e anseios da comunidade escolar da E.E. José Bonifácio, que busca assegurar e concretizar uma educação de qualidade para todos e uma gestão democrática e participativa integrando escola e comunidade, ressignificando e intervindo no contexto em que está inserida e fazendo a diferença na vida dos alunos, ancorados por sua utopia e ousadia.

### **3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA**

A estrutura organizacional e o processo de gestão constituem o conjunto de condições, normas, diretrizes e medidas necessárias para assegurar o bom funcionamento da escola, de modo a alcançar as finalidades e objetivos educacionais esperados. Segundo Libâneo (2012, p. 472), a organização geral do trabalho “refere-se à racionalização do uso de recursos humanos, materiais, físicos, financeiros e informacionais e à eficácia na utilização desses recursos e meios de trabalho”.

“É importante compreender que por detrás do estilo e das práticas de organização e gestão, está uma cultura organizacional, ou seja, há uma dimensão cultural que caracteriza cada escola, para além das prescrições administrativas e das rotinas burocráticas” (LIBÂNEO, 2001, p. 22).

A Escola Estadual José Bonifácio está acordada à legislação vigente no que diz respeito à organização curricular. Apresenta uma base comum e uma parte diversificada, atendendo, dessa forma, às exigências da comunidade escolar local. No tocante a parte administrativa, além dos recursos governamentais a escola conta com recursos diretamente arrecadados, provenientes da iniciativa da comunidade escolar e dos servidores da escola, com destaque para a Festa Junina que este ano de 2014 arrecadou cerca de R\$ 8.000,00 e que futuramente será discutida com o Colegiado, servidores e membros da comunidade escolar a melhor forma de investir estes recursos na escola. Outros recursos para projetos e viagens (equipe de judô, Banda Marcial) são arrecadados com o empresariado local e “Amigos da Escola”, a Prefeitura Municipal sempre fornece ônibus para transporte dos alunos para os projetos acima citados e para viagens pedagógicas de curta distância (até 100 km).

O quadro de pessoal da escola é composto pela equipe gestora, formada pela diretora e vice-diretor, 1 secretária, 6 assistentes técnicos, 11 auxiliares de serviços gerais, 3 especialistas, 2 professores para o ensino do uso da biblioteca, 6 professores eventuais, 1 professor da sala de recursos, 1 professora eventual, 1 professor de música e 47 professores corpo docente do 1º ao 9º ano.

Para auxiliar o trabalho pedagógico, a escola dispõe de uma boa estrutura física, de materiais e equipamentos para os serviços de apoio pedagógico e atividades complementares: 1 biblioteca com acervo de milhares de livros, 1 laboratório de ciências completo (microscópio, lupa eletrônica, estufa, vidraria, reagentes, etc), 2 lunetas, 1 laboratório de informática, 1 sala ecológica, 1 sala ambiental, 1 horta orgânica, 2 lousas digitais, 3 data show, 1 retroprojetor, 3

notebooks, 1 Tablet, 5 televisores, 3 aparelhos de DVDs, acervo de filmes e documentários, 5 mini system, 1 som profissional para apresentações, jogos de xadrez, 1 sala de recursos com 3 computadores adaptados a alunos com deficiência, 1 sala de multimeios (judô, música, teatro), 1 parque infantil, 1 horta orgânica, 1 casa de bonecas, 1 rádio educativa, 2 quadras esportivas (sendo 1 oficial e coberta), material esportivo completo (Futsal, Judô, Vôlei, Handball, Badminton, etc.), 2 mesas de ping-pong, jogos para Recreio Monitorado, dezenas de instrumentos musicais para Banda Marcial, 5 violões, 1 tatame, 100 quimonos, acervo completo de mapas (históricos, geográficos e de ciências), 1 globo geográfico, material dourado completo, 1 modelo de esqueleto, modelos anatômicos do corpo humano, 1 aquário de peixes, entre outros que aliados aos projetos interdisciplinares, enriquecem e dinamizam o currículo e a prática pedagógica.

Enquanto escola estadual é mantida basicamente com recursos financeiros repassados pelo Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria de Estado de Educação, por meio de termos de compromisso à Caixa Escolar e recurso complementar do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Conta com serviços pedagógicos, os quais são coordenados por pedagogos que exercem o papel de articuladores do trabalho pedagógico da Escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem, pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

Para tanto, a escola oferta o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Tempo Integral, procurando, conforme o art. 22 da LDB (1996) "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". A escola é organizada em dois turnos matutino e vespertino e conta atualmente com 702 alunos matriculados, perfazendo um total de 27 turmas, sendo assim distribuídas:

1º ano: 48 alunos divididos em 2 turmas (uma com 23 e outra com 25 alunos), turno vespertino, 2 educadores e 1 professor de apoio.

2º ano: 37 alunos divididos em 2 turmas ( uma com 18 e outra com 19 alunos),turno vespertino, 2 educadores.

3º ano: 56 alunos divididos em 3 turmas (19, 17 e 20), turno vespertino, 3 educadores, 1 professor de apoio.

4º ano: 63 alunos divididos em 3 turmas (20,20 e 23), turnos vespertino e matutino, 1 educadores por turma, 1 professor de apoio.

5º ano: 60 alunos divididos em 3 turmas (24, 21 e 15), turno matutino, 3 educadores que se revezam nas turmas (Geografia/História, Língua Portuguesa e Matemática).

6º ano: 122 alunos divididos em 4 turmas ( 32 e 34, turno matutino e 22 e 23, turno vespertino) 8 educadores por turma e 2 professores de apoio.

7º ano: 115 alunos divididos em 4 turmas ( 32 e 34 alunos no turno matutino e 22 e 23 no turno vespertino), 8 educadores por turma e 1 professor de apoio.

8º ano: 98 alunos divididos em 3 turmas ( com 35, 30 e 33 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

9º ano: 82 alunos divididos em 3 turmas ( com 28, 19 e 35 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

Obs.: Os professores de apoio são para acompanhar os alunos com necessidades especiais.

Na parte pedagógica, ressalta-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o Facebook da Escola, a Banda Marcial, os "60 planos", feiras, exposições, palestras, festival de poesias, festa junina, campeonato de judô são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

São realizadas reuniões semanais com duração de 2 horas com todos os educadores onde são discutidas estratégias pedagógicas, projetos interdisciplinares, planos de ação imediata e pactuação de metas futuras.

#### 4 - CURRÍCULO

Durante muito tempo a ideia de currículo esteve apenas associada à ideia de conteúdos programáticos a serem desenvolvidos por uma instituição escolar a um determinado grupo de educandos, porém com as mudanças ocorridas na sociedade e a constante demanda cada vez maior por uma escola que forme para a vida, pode-se dizer que o currículo hoje deve ser concebido como uma ferramenta estruturadora de todo o processo escolar, devendo ser visto por todos os educadores, alunos e todos os envolvidos no processo escolar como uma “peça chave” do processo de ensino aprendizagem.

Para Sacrístan (2000; p.38),

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

Segundo Althusser (1983), historicamente o currículo pode ser visto como ferramenta tanto emancipatória como doutrinadora, dependendo da concepção de cada instituição escolar e de seu gestor, pode ainda ser uma ferramenta de perpetuação ideológica, bem como uma ferramenta emancipatória, cabendo à decisão a ser tomada pelos envolvidos no processo de construção de cada currículo.

Nesse sentido também diz Moreira (1998; p. 14) “A escola, por seus conteúdos, por suas formas e por seus sistemas de organização, introduz nos alunos de forma progressivamente, as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer.”

Diante disso, cabe à escola compreender o currículo através das sistematizações das experiências dos alunos, dos educadores e de toda a comunidade envolvida, de modo que se possa dar significado e sentido à tradição cultural existente, a reflexão do contexto social, pois esse mecanismo de aprendizagem distribui o conhecimento concreto, real e crítico, possibilitando que os envolvidos se tornam protagonistas do processo educacional.

Este é um aspecto específico da política educativa que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornado claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele,

intervindo, dessa forma, na distribuição do conhecimento dentro do sistema escolar e iniciando na prática educativa, enquanto apresenta o currículo seus consumidores, ordenam seus conteúdos e códigos de diferentes tipos. (SACRISTAN, 2000; p 109).

Tendo esta concepção, o currículo da Escola Estadual José Bonifácio de Ensino Fundamental é composto por uma Base Nacional Comum, segundo a Lei 9394/96 e por uma Parte Diversificada contemplando conteúdos e estratégias que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos domínios da ação humana.

Assim sendo, dentro da filosofia escolar, o processo ensino aprendizagem tem ênfase prioritária e assume compromisso de formação de seres humanos aliado à transformação da sociedade, respeitando a diversidade cultural presente na escola. Visa à construção de uma proposta pedagógica fundamentada em ações interdisciplinares que articulem o conhecimento científico e os saberes locais dos sujeitos, propondo uma aprendizagem significativa para todos.

Nesse contexto, os componentes curriculares integram-se, compondo uma política educacional interativa que prevê uma relação multidisciplinar na forma de parcerias com a comunidade. Especificamente Ética trabalha juntamente com História, analisando as causas e efeitos das ações humanas no tempo e no espaço. Já a Matemática, interage com a Língua Portuguesa, a Educação Física, Artes e Geografia propondo análise através do raciocínio lógico e abstrato, em relação ao cosmo individual e universal. E, como forma expressiva, formativa e cultural, a Redação, a Língua Estrangeira e a Literatura fecham o leque em termos complementativos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os quadros curriculares da Escola José Bonifácio está organizado da seguinte forma:

**EE JOSÉ BONIFÁCIO**      **2014**

R PREF EDGAR FERREIRA, 124      **3283-1200**  
CENTRO      **37757000**

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS													
			CICLO DA ALFABETIZAÇÃO						CICLO COMPLEMENTAR				
			1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		
			AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	
BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	7	280:00	7	280:00	8	320:00	5	200:00	5	200:00	
		ARTE	2	80:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	
		ED FÍSICA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00	
		GEOGRAFIA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00	
			ENSINO RELIGIOSO	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
			CIÊNCIAS DA NATUREZA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00
			MATEMÁTICA	6	240:00	6	240:00	5	200:00	5	200:00	5	200:00
	PARTE DIVERSIFICADA		JORNALISMO		0:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
					0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00	
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00	
<b>TOTAL:</b>			<b>20</b>	<b>800:00</b>	<b>20</b>	<b>800:00</b>	<b>20</b>	<b>800:00</b>	<b>20</b>	<b>800:00</b>	<b>20</b>	<b>800:00</b>	

DIAS LETIVOS SEMANAIS	5
DIAS LETIVOS	200
Nº DE SEMANAS LETIVAS	40
DURAÇÃO MÓDULO AULA:	1:00

OBSERVAÇÕES:

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

*Rita de Cássia S. da Costa*  
Diretora  
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

*Beatriz Andrade Costa Pereira*  
Inspetora Escolar  
MASP 299023-2

Aprovado pelo Colegiado  
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG  
Data 24/03/14  
*[Assinatura]*  
Assinatura

SRE - VARGINHA  
DATA: 24/03/14  
CIENTE: *[Assinatura]*

**EE JOSÉ BONIFÁCIO**      **2014**

R PREF EDGAR FERREIRA, 124      **3283-1200**  
CENTRO      **37757000**

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS													
			CICLO DA CONSOLIDAÇÃO										
			6º ANO				7º ANO		8º ANO		9º ANO		
			AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	
BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00	
		ARTE	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40	
		ED FÍSICA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	
		GEOGRAFIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	
			ENSINO RELIGIOSO	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20
			CIÊNCIAS DA NATUREZA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
		MATEMÁTICA	6	200:00	6	200:00	5	166:40	6	200:00	6	200:00	
PARTE DIVERSIFICADA	LINGUAGENS	INGLÊS	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00	
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00	
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00	
<b>TOTAL:</b>			<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	

DIAS LETIVOS SEMANAIS	5
DIAS LETIVOS	200
Nº DE SEMANAS LETIVAS	40
DURAÇÃO MÓDULO AULA:	0:50

OBSERVAÇÕES:

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

*Rita de Cássia S. da Costa*  
Diretora  
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

*Beatriz Andrade Costa Pereira*  
Inspetora Escolar  
MASP 299023-2

Aprovado pelo Colegiado  
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG  
Data 24/03/14  
*[Assinatura]*  
Assinatura

SRE - VARGINHA  
DATA: 24/03/14  
CIENTE: *[Assinatura]*

Nesse sentido, evidencia-se que os conteúdos curriculares da Educação Básica da Escola Estadual José Bonifácio observam as seguintes diretrizes: a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; orientação para o trabalho; promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Currículo da escola abrange o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. O ensino da Arte e a Educação Física constituem-se em componentes curriculares obrigatórias, nos níveis da educação básica, a intenção de promover o desenvolvimento cultural dos alunos. O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana, asiática e europeia. Além disso, a História e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas permearão todo processo educativo de acordo com a Lei Federal nº 10.639 de 09/01/03, Lei 11645/08; Res. SEE. Nº1159/08, de 16/07/08 em especial nas áreas de Arte, de Literatura e História Brasileiras nos currículos do ensino fundamental.

Ainda, o estudo da língua estrangeira tem como objetivo desenvolver as habilidades comunicativas de falar, ouvir, ler e escrever. Assim, na parte diversificada do Currículo está incluída, obrigatoriamente, a Língua Inglesa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. De matrícula facultativa, o Ensino Religioso, constitui disciplina dos horários normais do Ensino Fundamental Anos iniciais e finais. Já o Ensino da Música encontra-se de acordo com a Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado aos conteúdos de Arte, nos currículos do Ensino Fundamental.

É importante ainda salientar que os direitos e deveres das Crianças e dos Adolescentes, estão garantidos em conformidade com a Lei Federal nº 11.525/07, de 25/09/07 e Res. SEE Nº 1307/09, de 27/03/09, encontra-se integrado aos conteúdos de Língua Portuguesa, História e Educação Religiosa, nos currículos do ensino fundamental. O uso de drogas e dependência química, conforme reza a Lei Estadual Nº 13.411/99, de 22/12/99; o Decreto Estadual Nº 41.168, de 06/07/00 e a Resolução Conjunta SEE/SES Nº 01/01, de 23/02/01, integra os conteúdos de Ciências nos currículos do ensino fundamental. Ainda, assuntos relacionados com a

higiene bucal, conforme dispõe a Lei Estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integram o conteúdo de Ciências do ensino fundamental.

Já a preparação básica para o trabalho e os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, educação para o trânsito e vida familiar e social) são oferecidos e articulados nas áreas de conhecimento do ensino fundamental. A educação para o consumo, de acordo com a Lei Estadual Nº 12.900/98, de 24/06/98 e a educação ambiental, conforme a Lei Federal Nº 9.795/99, de 27/04/99, como temas transversais, são trabalhados nas diversas componentes curriculares do ensino fundamental.

Embora alguns dos temas transversais, quais sejam, ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo sejam desenvolvidos de forma mais abrangente nas áreas referidas às ciências naturais, são igualmente trabalhados de forma contínua e integrada em todos os componentes curriculares dos currículos do ensino fundamental.

Dentre as estratégias curriculares adotadas pela instituição, destaca-se a participação no Projeto Escolas-Referência que efetivamente desenvolve as ações como: GDPEAS (Grupo de Desenvolvimento Profissional do PEAS - Educação Afetivo-Sexual), que servem de pilares para a execução do PDPI (Plano de Desenvolvimento Pedagógico Institucional), implantado a partir de 2005/2006, com o objetivo de resgatar a excelência da educação pública no Estado de MG. Assim sendo, busca-se a construção de uma proposta pedagógica em que a articulação entre os saberes locais dos sujeitos e a estruturação de projetos interdisciplinares possibilite atingir uma aprendizagem significativa.

Ressalte-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o facebook da Escola, a Banda Marcial, feiras, exposições, palestras, festival de poesias, são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade

sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

Nesse sentido, a escola visa desenvolver a educação plena de seu educando, através de um currículo compromissado com a transformação social, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação integral do educando, flexível em relação aos conceitos e ressignificação dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos; e também possibilitar vivências significativas; contribuir para que todos assumam seu papel no processo histórico, contemplar atividades criativas, interativas e transdisciplinares fundamentadas na ética e na preocupação com o ser humano numa ação contextualizada, promover uma educação voltada para a cooperação, integração, participação e comprometimento de todos os envolvidos neste processo. Para isso busca desenvolver projetos que garantam a dinamização do processo de modo a permitir vivenciar de forma completa, objetiva e real, a expressão, a criação e a auto descoberta, a interação e a aquisição de novos conhecimentos e competências que estimulem a curiosidade, a iniciativa, o relacionamento, a responsabilidade e o aprofundamento de estudos, tudo isso através de um currículo construído pela coletividade e que é compreendido como respostas aos anseios de uma comunidade.

#### **4.1. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Em uma escola a organização do tempo é primordial. O calendário escolar é essencial para a construção da organização do currículo escolar. É necessário saber quantas horas cada professor tem para se dedicar a sua aula, quando será feriado, o período de férias, os dias letivos, as atividades extracurriculares e pedagógicas.

O professor também precisa de tempo para conhecer seus alunos, participar de formação continuada, preparar suas aulas, diários e avaliações. O estudante também precisa de tempo para estudar e se organizar.

A coletividade prevalece na elaboração do planejamento pedagógico e dos projetos escolares. Estes, de acordo com suas necessidades e características, são discutidos hora, por todos os professores nas reuniões conjuntas, hora realizadas

em grupos de estudos pré-definidos (por área de ensino, série, etc.) para que só depois sejam discutidos e finalizados nas reuniões citadas acima.

O Planejamento deve ser feito por cada professor diariamente de acordo com os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), tomando por princípio que cada aula deve ser avaliada e repensada em sua plenitude. As reuniões pedagógicas semanais oferecem a oportunidade dos professores desenvolver o intercâmbio com outras disciplinas e também desenvolvam as ações que serão implementadas durante o bimestre, semestre e ano letivo.

A E. E. José Bonifácio tem a sua Educação Básica organizada em ciclos: Ciclo de Alfabetização com 1º Ano, 2º Ano e 3º Ano; Ciclo Complementar com 4º Ano e 5º Ano; e Anos Finais do 6º ao 9º Ano.

Em sua carga horária, o calendário consta de 200 (duzentos) dias letivos, 800 (oitocentas) horas anuais, 4 (quatro) horas aula/diária, 2 (duas) horas semanais – reunião módulo II e horas de atividades extraclasse.

Os critérios de enturmação levam em conta a idade, sendo as turmas formadas com 25 alunos nos anos iniciais e nos anos finais com uma média de 30 alunos. Esta enturmação tem como um dos princípios norteadores, salas heterogêneas, o que possibilita o desenvolvimento social, intelectual e político dos educandos, fazendo assim, valer a legalidade e a modalidade da inclusão e da educação de qualidade. Já a reenturmação ao longo do ano é realizada sempre que necessário, garantindo o sucesso do aluno.

A divisão da organização escolar em ciclos se deu em 1984, com a implementação do Ciclo Básico de Alfabetização, CBA, no Estado de São Paulo. Para compreendê-los melhor Mainardes (2007), esclarece

Pelo fato de ser a primeira experiência de organização da escola em ciclos implementada em larga escala e de ter sido bastante explorado em pesquisas oficiais acadêmicas, O Ciclo Básico de Alfabetização tornou-se uma referência para a expansão do ciclo para os demais anos do Ensino Fundamental nos anos de 1990, bem como para a incorporação dos ciclos como uma das modalidades de organização do ensino na LDB de 1996 (MAINARDES, 2007, p. 69).

A escola dispõe de excelente espaço físico o que contribui para a otimização da organização espacial da mesma. A escola crê na necessidade de se redefinir a utilização e as características físicas do espaço para atingir o sucesso do processo ensino-aprendizagem. Assim utiliza todas as dependências da escola para a realização deste processo: 1 almoxarifado; 1 Área de Serviço; 1 Biblioteca; 6 áreas

de circulação interna adaptada para deficiente; 1 coletor de lixo seletivo; 1 cozinha completa; 1 depósito de material de limpeza; 1 despensa; 1 diretoria; 1 Laboratório de Ciências; 1 Laboratório de Informática; 1 Parque Infantil; 1 quadra de esportes coberta; 1 quadra de esportes descoberta; 1 refeitório; 16 salas de aula (13 com acesso para cadeirantes); 1 sala de coordenação pedagógica; 1 sala para professor;

Sala de recursos multifuncionais; 1 sala de Multimeios (Judô, Música, etc); 1 Sala Ecológica; 1 Sala Ambiental; 1 Horta Orgânica; 1 Casinha de Bonecas.

É importante fazer da organização espacial um ato pedagógico. O espaço escolar é utilizado para leitura de histórias, brincadeiras dirigidas, atividades esportivas, assistir desenhos e documentários, observações e conversas informais. O espaço dentro da sala é bem aproveitado com cantinhos de atividades diversificadas e leitura, carteiras agrupadas, uso das paredes, murais e varais.

Considera-se que o ensino deve ser uma atividade, eminentemente interpessoal, de encontros e trocas de experiências, e que, a educação afetiva deve caminhar paralelamente à educação intelectual.

Sendo assim, devemos promover a interação, enfatizando: leitura, pesquisa e o trabalho em grupo, garantindo ainda um clima propício à elevação da auto estima do aluno, favorecendo o seu sucesso na escola.

O planejamento bimestral dos conteúdos trabalhados são programados de forma contextualizada e interdisciplinar de cada série com auxílio do currículo integrado.

Atividades que a escola utiliza para complementar a prática pedagógica:

- intercâmbio cultural através de visitas às indústrias, escolas, centros culturais, supermercados...
- aulas de campo (plantio de árvores e limpeza da mata frete à escola)
- participação em campanhas contra a Dengue a AIDS, Reciclagem do lixo;
- participação em comemorações de datas cívicas;
- excursões;
- participação em gincanas culturais;
- participação em concursos regionais e municipais e estaduais;
- Olimpíadas da Língua Portuguesa, Matemática, etc.

Outro ponto que merece destaque na E. E. José Bonifácio é a Educação Integral, pois através de uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e

culturais, esteve presente nas propostas de diferentes correntes políticas, na trajetória histórica do nosso país.

No decorrer da última década, foi implantado o Projeto Educação em Tempo Integral, nas escolas estaduais mineiras com o objetivo de ampliar as oportunidades educativas dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos, pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas (na) pela escola, inclusive por meio de parcerias, a E. E. José Bonifácio proporciona a seus alunos a oportunidade de participar deste projeto. Os resultados esperados são a ampliação da oferta de educação integral, visando à formação cidadã e à melhoria dos resultados dos indicadores educacionais.

Conforme previsto no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, Lei nº 19.481, de 12/01/2011, a oferta de tempo integral deverá priorizar alunos (ensino fundamental e médio) que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social, como descreve o Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral desenvolvido pela Secretaria de Estado da educação de Minas Gerais:

“A escola, em consonância com seu projeto pedagógico e em diálogo com a comunidade, será a referência para definir quais alunos participarão das atividades. No desenvolvimento de uma proposta de educação integral não existem modelos predefinidos, mas é fundamental organizar um currículo capaz de integrar os diferentes campos do conhecimento e as diversas dimensões formadoras das crianças e jovens na contemporaneidade. A escola deve voltar-se, também, para a formação do cidadão, priorizando práticas e construindo valores que possibilitem a convivência em uma sociedade democrática sem abrir mão de seus conteúdos, mas atribuindo sentido ao que é transmitido.”

Os critérios para adesão ao projeto são o desejo da comunidade escolar, a implantação do Projeto Educação em Tempo Integral na escola e o fato da escola ter condições de (re)organizar seus espaços e buscar outros, além dos muros da escola, dentro da perspectiva da cidade educadora. Ou seja, a escola deve ser capaz de articular parcerias dentre as quais podemos destacar: poder público municipal e pessoas físicas e jurídicas) dentro e fora do seu território educativo, de forma interinstitucional.

O Projeto Educação em Tempo Integral deve ser desenvolvido, prioritariamente, por escolas e alunos em situação de vulnerabilidade: em distorção idade-ano; onde houver necessidade de correção de fluxo (redução da evasão e/ou repetência); beneficiários do Programa Bolsa Família; abuso, violência e trabalho infantil; com baixo rendimento escolar.

O Projeto Educação em Tempo Integral tem carga horária, diária, assistida pelos professores de 5h, sendo 04h10min de atividades educativas e 50min destinada ao almoço.

A inclusão tem sido a marca da educação nesta década, o grande foco das políticas públicas e ações educativas, buscando sempre o benefício da educação para todos.

Mittler (2003) destaca pontos importantes para se concretizar a inclusão:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos na escola ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como a oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2003, p. 25)

Quanto à inclusão e partindo da reflexão segundo Edler Carvalho:

“A inclusão educacional é mais que a presença física, é muito mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento de educação especial, pois se impõem como movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares.” (CARVALHO, 2004, p.45).

A E. E. José Bonifácio possui Sala de Recursos com profissional especializada em Educação Especial, para atendimento aos alunos em dois turnos alternados (matutino/vespertino). Na Sala de Recursos o trabalho é desenvolvido de acordo com as dificuldades de cada aluno. A sala conta com computadores adaptados (teclado “colmeia”, movimentos por câmera, sons, etc.), Material Dourado, Jogos Educativos, Material Braille, entre outros instrumentos para facilitar o trabalho com alunos com algum tipo de deficiência.

A inclusão social, o respeito as diversidades são hoje um dos pré-requisitos de uma escola democrática. Além da estrutura ofertada pela SEE e pelo Governo Federal, a educação inclusiva na E. E. José Bonifácio é desenvolvida também com a colaboração da sociedade civil, da Secretaria Municipal de Educação (transporte individual quando necessário) e de ONGs (Unidos Pela Inclusão). Além do apoio da sociedade, governos e ONGs, o sucesso da inclusão escolar depende de professores cada vez mais bem capacitados e dinâmicos.

A cada ano contamos com o ingresso de mais alunos portadores de necessidades especiais. A inclusão social, o respeito às diversidades são um

processo e a escola contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, que fazem toda a diferença.

## 5- PROCESSOS DE DECISÃO

A escola possuindo autonomia no processo decisório, os profissionais devem participar, assumindo um compromisso com a Educação, estabelecendo metas claras e exequíveis, criando a consciência coletiva com base nos diagnósticos.

A participação dos profissionais dar-se-á através das reuniões técnico-pedagógica, Assembleias, Colegiado Escolar e Conselho de Classe.

“Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”  
(FREIRE, 2002, p. 32)

Na E. E. José Bonifácio possui uma gestão democrática e participativa, sendo o convívio democrático um processo desafiador, que se constrói a cada dia, envolve toda a comunidade escolar e suas relações com o ambiente externo. E a participação nesse sentido, constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar.

Para uma gestão democrática é essencial a relação estabelecida entre o dirigente escolar e o grupo de efetivos da escola – professores e funcionários, superando o processo centralizado de decisão, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, por meio de reuniões que acontecem semanalmente com duração de 2 horas.

O Colegiado Escolar, órgão de representação da comunidade educativa, conta com a participação de representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, também participa das principais decisões por meio de reuniões que são realizadas mensalmente, constituindo um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. Ou seja, a escola vê o Conselho Escolar como um grande aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e pela democratização das relações escolares.

Os pais e familiares são convidados a participar das reuniões de “pais e responsáveis” nos finais de cada bimestre letivo, assim como para todos os eventos que ocorrem na escola no decorrer do ano. Os pais e/ou responsáveis também possuem um canal de atendimento diário na escola, sejam recebidos pela própria gestora, seja pelo vice-diretor e supervisores. Também existem os canais

alternativos de comunicação que são *e-mail*, telefone e até um perfil da Escola na rede social *Facebook*.

Parceria é uma relação de colaboração entre instituições que compartilham objetivos ou interesses comuns, e não deve basear-se apenas em laços de amizade entre pessoas da escola e da instituição, para que o acordo não se enfraqueça se os atores principais da entidade parceira forem mudados. A José Bonifácio conta com parceria tanto com órgãos públicos – Prefeitura Municipal, através de sua várias Secretarias, SRE e SEE, como empresariado e sociedade civil.

Um ponto ainda desejável é a implementação de um Grêmio Estudantil, preparando nossos jovens para a cidadania e aproximando-os das decisões tomadas na escola.

A escolha de dirigente escolar ocorre por eleição direta para diretor e vice-diretor, onde toda a comunidade escolar, compreendida de pais, estudantes, professores e funcionários votam, assim como para a formação de colegiado.

Quanto as avaliações dos serviços escolares são feitas principalmente no “Dia D” que ocorrem uma vez por ano. Os pais e/ou responsáveis respondem um questionário sobre suas observações sobre os principais aspectos pedagógicos, físicos e administrativos da instituição.

Sem dúvida, as relações envolvendo a participação dos alunos percebe-se que ainda tem sido uma das mais negligenciadas, sobretudo se considerarmos as crianças pequenas, ainda precisa ser elaboradas formas efetivas de participação de nossos alunos.

## 6- RELAÇÕES DE TRABALHO

“O poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades e os atos não usados para violar e destruir, mas para criar relações e realidades.” (Arendt, 2001, p. 212)

Na E. E. José Bonifácio prevalece sempre o diálogo, o consenso, a decisão conjunta, respeitando-se as diferenças individuais. As situações de divergências ou conflitos são resolvidos ética e democraticamente.

Cada segmento tem seus direitos e deveres previstos no Regimento Escolar e estes deverão ser observados e cumpridos por todos. Na E. E. José Bonifácio as relações de trabalho, estão calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, e em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão de trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico, este movimento, serve de verificação do confronto de interesses no interior da escola. É neste embate que se originam os conflitos, as tensões, divergências, que se conduzidos positivamente, podem fortalecer as relações, bem como o diálogo, a tolerância, a cooperação.

### 6.1- CÓDIGO DE CONVIVÊNCIA.

- Estar sempre aberto ao diálogo.
- Facilitar o fluxo de comunicação cultivando a objetividade, a clareza e a transparência; não sonogando informações que enriqueçam o grupo;
- Incentivar o intercâmbio entre colegas, desbloqueando possíveis barreiras, articulando com perspicácia todas as forças de crescimento presentes no grupo em benefício de todo.
- Promover constantemente a revisão curricular de forma participativa.
- Pensar e refletir sobre a sua ação.
- Manter o sigilo nas questões profissionais, quando necessário.
- Facilitar ação integrada com os demais serviços.
- Levar em consideração as decisões do grupo como significativas de desempenho de sua ação.
- Participar da elaboração, aprofundamento e aplicação da filosofia da escola, do regimento, da proposta pedagógica, de forma dinâmica e co-responsável.

- Estudar e seguir a legislação, percebendo sempre suas mudanças e adequando-a, segundo a realidade da escola.
- Fazer constantemente a leitura da realidade para trabalhar com base na mesma, mantendo uma atitude científica em relação ao seu trabalhar.
- Estar aberto a inovações construtivas, incentivando e apoiando mudanças significativas na escola.
- Manter-se atualizado e dinamizar o aperfeiçoamento contínuo.
- Cultivar uma postura constante de quem ensina e aprende.
- Organizar o próprio trabalho, considerando como essencial o respeito e incentivando a ética entre os educadores.
- Ser imparcial no atendimento às pessoas.
- Dignificar e valorizar a profissão exercendo-a e honrando seus compromissos com a coletividade a que serve.
- Exercer suas atividades com habilidade, mantendo em alto nível o relacionamento humano e o clima organizacional da escola.
- Intensificar o relacionamento da escola com a comunidade, realizando um trabalho integrado com os demais órgãos afins e participando intensamente das atividades gerais da escola.
- Respeitar o servidor como pessoa, auxiliando-o em seus problemas e estimulando-o a desenvolver suas habilidades.
- Aceitar sugestões, dos servidores incentivando-os a exporem e defenderem seus pontos de vista.
- Participar do conselho de classe, colaborando com iniciativas que visem criar estratégias educacionais.
- Por fim, queremos enfatizar a importância de que estes princípios sejam vivenciados de forma dinâmica, criativa e coerente para que o servidor seja realmente, na comunidade, um agente mobilizador de intercâmbio de valores; atitudes e ações favoráveis ao crescimento contínuo de todo processo político-pedagógico e educativo.

## 7- AVALIAÇÃO

### 7.1. Avaliação da Aprendizagem do Aluno

Na E.E. José Bonifácio a avaliação é entendida como um processo voltado para a formação de competências, não apenas para a mera mensuração e atribuição de notas ou conceitos, tem caráter formativo e participativo, onde os aspectos qualitativos prevalecem sobre os quantitativos.

A avaliação enfatiza o acompanhamento das etapas de aprendizagem e o percurso de desenvolvimento do aluno, antes de tudo é um compromisso com a aprendizagem. “Avaliar não é apenas medir, mas, sobretudo, sustentar o desempenho positivo dos alunos” (DEMO, 2000, p. 97).

É vista não apenas para indicar se houve ou não aprendizagem, mas também para traçar intervenções e redimensionar a prática pedagógica. Entende-se que a avaliação é um processo em que coletar, interpretar e planejar informações auxilia na tomada de decisão em sala de aula e deve articular-se com o projeto político pedagógico da escola, seus objetivos, currículo e metodologias.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual participam todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem: professores, especialistas, vice-diretora, diretora, pais e alunos.

Nesse contexto, a aplicação de atividades avaliativas, testes ou provas e atribuição de notas incluem a análise, o mapeamento dos resultados e a definição de estratégias de intervenção, pois pretende uma avaliação em que os aspectos qualitativos sejam observados com relevância.

“A avaliação, se for bem feita, deve nos apontar onde está o problema (dificuldade, limite, necessidade). O que desejamos é que através da avaliação possamos romper as camadas que tornam opacas, obscuras, a real problemática que vivemos na educação; que possamos ver além das aparências, das justificativas ideológicas, dos mascaramentos, e dos desvios da atenção” (VASCONCELLOS, 2009, p. 177).

Os instrumentos de avaliação são discutidos, de modo que a observação direta e contínua permeie a avaliação do professor em relação ao aluno, em conformidade com o Art. 24, Inciso V da LDB (1996), que reza uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos

qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Na avaliação da aprendizagem, a Escola utiliza procedimentos, recursos e instrumentos diversos, tais como trabalhos diversificados e orientados pelo professor, avaliações dissertativas, avaliações objetivas, questões dissertativas, exercícios variados, produções textuais, teatro, debates, trabalhos em grupo e individuais, entrevistas, questionários, observação do desempenho do aluno, autoavaliação, portfólio, etc. Esses métodos avaliativos revelam o esforço conjunto entre os docentes e equipe gestora para oferecer um ensino de qualidade.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as observações, as fichas descritivas e as atividades desenvolvidas pelo aluno ao longo das etapas, são registradas no diário de classe dos professores. Nos anos finais a pontuação é disposta em 25 (vinte e cinco) pontos em cada uma das quatro etapas letivas, totalizando 100 (cem) pontos, registrados também no diário de classe.

Além disso, monitorias, estudos contínuos e periódicos de recuperação, reagrupamentos de alunos, indicação de profissionais para apoio aos alunos que requerem atendimento diferenciado e assistência direta na sala de aula ou extraclasse, individualmente ou em grupos, são algumas das ações que visam otimizar as situações de aprendizagem.

Vale destacar a participação da escola nas avaliações externas em larga escala, por meio de testes padronizados, dentre as quais as do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE que envolve o PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, que tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática, aplicado nos alunos de 5º e 9º ano; e o PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização que verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Além do PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar), Provinha Brasil para 2º e 3º anos, Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática para turmas de 5º e 9º ano, fornecendo indicadores importantes para a escola e promovendo a responsabilização coletiva.

Anualmente, a direção, o corpo docente e os especialistas se reúnem para analisar os resultados das avaliações internas e externas, e elaborar o PIP

(Programa de Intervenção Pedagógica) com a intenção de aprofundar a compreensão e apropriação dos resultados das avaliações para a definição de estratégias destinadas a melhoria do desempenho dos alunos e da prática pedagógica na escola. Dentre as estratégias do PIP para melhoria dos resultados e da aprendizagem dos alunos, podemos citar: análise e apropriação dos resultados das avaliações externas pela equipe escolar; aplicação de avaliações diagnósticas nos alunos do 1º ao 5º ano com mapeamento dos resultados, reforço escolar, planejamento da intervenção pedagógica; projeto de alfabetização; projetos de incentivo ao hábito de leitura; aquisição de recursos pedagógicos; participação das famílias nos eventos e reuniões.

As avaliações permitem verificar a dimensão da produção do conhecimento e a eficácia do trabalho docente, permitindo corrigir e rever ações em busca da adequação necessária às características e necessidades dos alunos. Atentos à inclusão do aluno, as avaliações são redimensionadas a partir das discussões efetuadas durante reuniões pedagógicas, de acordo com os registros de acompanhamento dos alunos no processo de construção do conhecimento e suas características individuais.

“O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si só, é um ato amoroso” (LUCKESI, 2002, p. 180).

Em relação à promoção, a progressão continuada dentro dos Ciclos da Alfabetização e Complementar deve estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos. Ao final de cada ano, a equipe pedagógica da escola deve proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça, pelo tempo que for necessário. Vencidas as dificuldades, os alunos são integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade.

Após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe, é considerado aprovado o aluno de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental com aproveitamento final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão.

Ao aluno em progressão parcial deverão ser assegurados os estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado, conjuntamente, pelos professores do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em curso.

Quanto à retenção de alunos, poderá ficar retido, após o ano, o aluno do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio com média final inferior a 60 (sessenta) pontos em quatro ou mais conteúdos, incluindo-se nesse cômputo, as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial, depois de esgotadas todas as estratégias de recuperação previstas pela escola em sua Proposta Político Pedagógica e após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe.

Também poderá ser retido o aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão, depois de oferecidas as estratégias de estudos de recuperação.

Os alunos com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), porém com desempenho satisfatório, devem ser submetidos ao processo de reclassificação, cabendo à comissão de avaliação, a execução e registro desse processo em livro próprio.

A Escola poderá proceder a classificação do aluno para posicioná-lo no ano por transferência de outras escolas situadas no país ou no exterior; por promoção na própria escola e avaliação independente da escolarização anterior. A classificação tem o objetivo de ajustar o aluno de acordo com suas experiências e nível de desempenho.

A Escola procederá a reclassificação do aluno para adaptá-lo e/ou reposicioná-lo no ano, de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, no sentido de reforçar a autoestima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola. A reclassificação pode ser feita quando ocorrer por avanço, aceleração, transferência,

indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino e déficit de frequência.

Somente o aluno que no final do ano letivo obtiver aproveitamento satisfatório em todas as disciplinas poderá ser submetido à reclassificação por frequência, sendo avaliado em todas as disciplinas que constam da matriz curricular.

A decisão de reclassificação deve decorrer da manifestação de uma comissão presidida pela Direção da Escola e que tenha representantes docentes do curso ou nível no qual o aluno deva ser reclassificado. Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno são arquivados na escola.

Em suma, a E.E. José Bonifácio, valida sua prática pedagógica, avaliando, investigando e propondo intervenções eficazes, tendo em vista a melhor educação para todos.

“É a prática pedagógica que é bem sucedida, não a avaliação em si e por si. A avaliação, como investigação da qualidade da realidade (diagnóstico), simplesmente é a parceira que nos revela a qualidade dos resultados de nossa ação” (LUCKESI, 2014).

## **7.2. Avaliação Institucional**

A avaliação da instituição deve ser feita pela comunidade à qual está inserida, coletando e refletindo sobre dados qualitativos e quantitativos que abrangem a estrutura e clima organizacional, gestão, PPP, rendimento escolar, alunos, professores, recursos físicos, materiais e informacionais, ações desenvolvidas e desempenho dos profissionais, visando a tomada de decisão e à qualidade da instituição e da educação por ela oferecida.

Nesse sentido, o Colegiado Escolar é consultado periodicamente sobre as questões de ordem financeira, pedagógica e administrativa, refletindo e avaliando todas as dimensões do processo educativo, propondo melhorias.

Bimestralmente ocorrem reuniões em que os pais são informados sobre os resultados da escola, o desempenho dos alunos, refletindo e sugerindo estratégias para o sucesso escolar dos alunos. Anualmente acontece o “Dia D – Toda a Comunidade participando” no qual a comunidade escolar é informada sobre os resultados das avaliações externas e construção do Plano de Intervenção Pedagógica.

A escola também realiza bimestralmente as reuniões de Conselho de Classe/Ciclo para discutir e analisar os resultados, fatores internos e externos que interferem na aprendizagem do aluno e descobrir alternativas que possam sanar dificuldades. Os pais são chamados para discutir ações e práticas escolares, o andamento e aproveitamento de cada aluno, num momento de trocas de experiências, vivências e apresentação das atividades do período.

Os alunos também participam da avaliação institucional por meio de entrevistas e questionários, suas opiniões são levadas em conta no processo tomada de decisão.

Anualmente os servidores efetivos são submetidos ao processo de avaliação de desempenho individual, de acordo com a legislação estadual, envolvendo os critérios de desenvolvimento profissional, relacionamento interpessoal, compromissos profissional e institucional e habilidades técnicas e profissionais, metas e ações para o período.

A avaliação institucional ocorre periodicamente pelos servidores, destacando pontos fortes, fragilidades, desafios, metas, compromissos e responsabilização. Dentre os aspectos abordados podemos citar: a aprendizagem do aluno, sua individualidade e ritmo; relações com a comunidade, desenvolvimento de um trabalho conjunto e integrado, parcerias com outros setores e outras instituições; elaboração e implementação de projetos; desempenho profissional: motivação, eficiência e qualidade do trabalho; desempenho administrativo: seriedade, compromisso, qualidade, gestão democrática e participativa, transparência; alimentação oferecida, levando-se em consideração o valor nutricional e a satisfação das crianças em suas necessidades; acesso, permanência e o percurso escolar do aluno; outros aspectos julgados oportunos, ao longo do ano.

Assim, podemos dizer que a avaliação institucional contribui para a melhoria da qualidade da educação oferecida, na medida em favorece o aprimoramento profissional, o trabalho coletivo, o desenvolvimento institucional, sua eficácia e efetividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio, nos faz levantar indagações sobre a importância que o Projeto Político Pedagógico assume enquanto instrumento essencial na mediação entre os objetivos que a escola deseja alcançar e a realidade atendida, ou seja, as reais necessidades dos alunos, perpassando por questões como: envolvimento dos diversos segmentos da escola de forma efetiva, políticas públicas educacionais e direitos educacionais.

Fica evidente, através do trabalho realizado que uma escola que pretende educar para a contemporaneidade, para as novas demandas da sociedade, precisa modificar e transformar o tempo todo, trazendo para o processo educativo a relação de interação com o diferente de forma a criar um processo de gestão democrática, no qual todos podem participar.

O presente Projeto Político Pedagógico, que ora foi desenvolvido e apresentado, é coerente com a realidade discutida na medida em que propõe práticas pedagógicas e políticas diversificadas, evidenciando as relações, contextos e propostas.

Contudo, percebe-se, através de sua construção que há uma grande necessidade de melhoria nas questões relacionadas ao envolvimento da família na escola, que por vezes somente comparecem quando convocadas, além da real necessidade de criar práticas que promovam uma maior autonomia dos alunos. A escola precisa aprender a "ouvir" mais os alunos, pois muitas decisões que são referentes a eles acabam sendo tomadas nas reuniões pedagógicas, somente pelo corpo docente, ou então diretamente pela equipe gestora. Além de questões que precisam ser reforçadas como: a formação continuada dos professores, o processo de Ensino e Avaliação, o que evidencia que há necessidade de uma intervenção na relação da gestão democrática e participação do aluno, pois embora o processo de participação já tenha começado a existir na escola, ainda há um longo caminho a se percorrer. É necessário um fortalecimento das relações pessoais, da formação continuada em serviço, dos aspectos motivacionais do corpo docente, que em virtude de políticas educacionais, sentem-se desvalorizados.

Outra questão que merece ser suscitada é a avaliação e os resultados educacionais, ensinar, aprender e avaliar são processos indissociáveis. Percebe-se

que há uma preocupação da E.E. José Bonifácio em oferecer uma educação de qualidade, que os resultados são satisfatórios e que as metas são perseguidas.

No entanto, o que se percebe de maneira geral é que as escolas estão mais focadas nos resultados de testes padronizados e na concepção das avaliações externas, do que no processo de aprendizagem, na prática da avaliação diagnóstica e emancipatória, do que voltadas para o desempenho escolar e para o aperfeiçoamento constante da prática pedagógica. Há uma pressão política e social por notas mais altas que se confunde com qualidade, cobrando da escola que melhore suas médias nas avaliações externas sem levar em conta os intervenientes e a garantia dos insumos necessários e as demais dimensões como o ambiente educacional, sua prática pedagógica, as expectativas de aprendizagem, a autoavaliação, a gestão escolar, a organização do trabalho, a formação e condições de trabalho dos profissionais da educação, sua infraestrutura, o sucesso e permanência do aluno.

Há que se vislumbrar uma perspectiva de avaliação mais equilibrada entre as avaliações internas, aquelas que verdadeiramente podem ajudar os alunos a aprender, e as avaliações externas e seus indicadores. Um ensino de qualidade deve priorizar formas eficazes de se proceder à avaliação do processo escolar que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o processo escolar como um todo.

Embora as questões levantadas se configurem como grandes desafios é possível afirmar que através da reestruturação do Projeto Político Pedagógico e sua implementação na prática, podem-se alcançar bons resultados e uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALTHUSSER L Freud e Lacan, Marx e Freud. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2001.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf). Acesso em 13 de jul. 2014.

CURY, C. R. J. **O direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O\\_DIREITO\\_A\\_EDUCACAO\\_-\\_Carlos\\_Roberto\\_Jamil\\_Cury\\_1\\_%20\(1\).pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury_1_%20(1).pdf). Acesso em: 13 jul. 2014.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. Salto para o Futuro: **Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem, compreensão e conhecimento**. Disponível em: <http://luckesi.blog.terra.com.br/>. Acesso em: 30. Jul. 2014.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. - 13 ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**. Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad – Câmara Brasileira do Livro – SP, 2009.

SACRISTAN, Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SEE/MG, **Projeto Estratégico em Tempo Integral – 2013**. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA\\_CRV/banco\\_objetos\\_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D\\_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20projeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral\(1\).pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20projeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral(1).pdf). Acesso em: 28.Ago.2014.

## ANEXO I – Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR 2014 – E.E. JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO																											
JANEIRO							FEVEREIRO - 20dias							MARÇO - 18dias							ABRIL - 20dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1							1			1	2	3	4	5
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			
														30	31												

MAIO - 21dias							JUNHO - 9dias							JULHO - 14dias							AGOSTO - 21dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3		1	2	3	4	5	6	7			1	2	3	4	5						1	2
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23
25	26	27	28	29	30	31	29	30						27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30
																					31						

SETEMBRO - 23dias							OUTUBRO - 19dias							NOVEMBRO - 20dias							DEZEMBRO - 15dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1	1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31			
														30													

Férias escolares: janeiro

Início do ano letivo: 03de fevereiro

Término do ano letivo: 19 de dezembro

02(dois) dias escolares: 22 e 23de dezembro

Sábado letivo Recessos Escolares Comuns:

03e05demarço(*recesso Carnaval*)

17de abril(*recesso Paixão de Cristo*)

02 de maio (*recessodia do Trabalho*)

12 ,13, 16a18, 20,23 a 27 e 30 de junho, 01 a 04 e 07 a 11 de julho(*recesso junho e julho*)

13, 14, 15, 16 e 17 de outubro

24, 26,29 a 31de dezembro(*recesso final de ano*)

Feriados e Dias Santos

01de janeiro (*Confraternização Universal*)

04demarço(*Carnaval*)

18de abril (*Paixão de Cristo*)

21de abril (*Tiradentes*)

01de maio (*Dia do Trabalho*)

19de junho (*Corpus Christi*)

07desetembro (*Independência do Brasil*)

12de outubro(*Nossa Sra. Aparecida*)

02de novembro (*Finados*)  
15de novembro (*Proclamação da República*)  
25de dezembro(*Natal*)

